

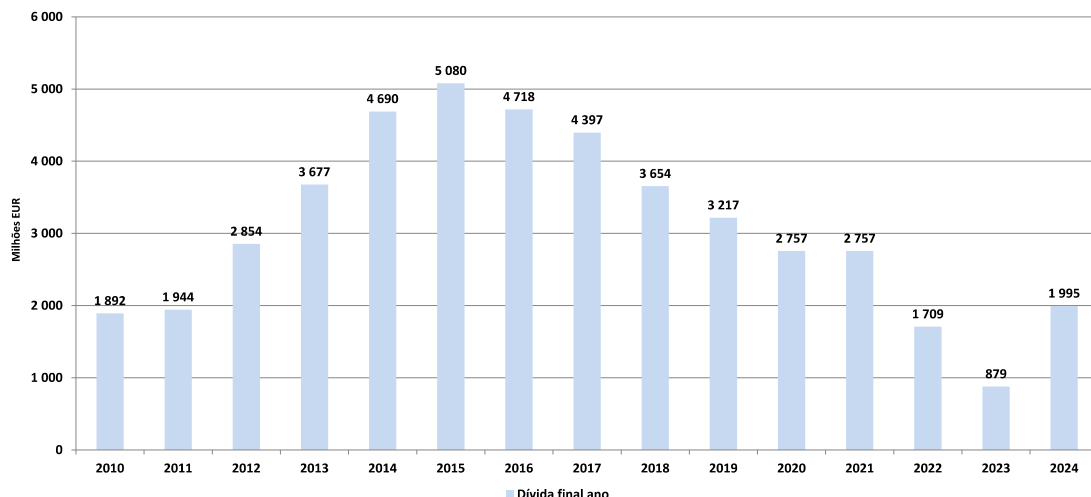
**Exmo. Senhor Presidente da Comissão
de Ambiente e Energia
Deputado Tiago Brandão Rodrigues**

Assunto: Requerimento sobre agravamento da dívida tarifária no setor da energia face à proposta apresentada pela ERSE para 2024

A 16 de outubro de 2023, a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) anunciou a “Proposta de Tarifas e Preços para a Energia Elétrica em 2024”, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Regulamento Tarifário. Esta proposta deu a conhecer os aumentos que serão suportados pelos consumidores no próximo ano, bem como as opções de política energética que irão vigorar e que levantam várias preocupações no que diz respeito à sustentabilidade financeira.

De acordo com a ERSE, a dívida tarifária aumentará no montante de 1 116 milhões de euros, ascendendo a 1 995 milhões de euros no final de 2024, configurando o maior aumento da última década e, mais preocupante ainda, uma forte inversão da tendência de redução desta dívida.

Evolução da dívida tarifária



Há um conjunto de riscos que não podem ser ignorados pelo que as medidas anunciadas devem ser devidamente explicadas, sobretudo no que diz respeito ao agravamento de custos a médio prazo com os juros da dívida.

Importa perceber estas opções de política energética, propostas pela ERSE, com a intenção de conciliar a necessidade de conter a subida das tarifas e de mitigar os preços junto dos consumidores, mas podendo comprometer a sustentabilidade do sistema e a trajetória de redução da dívida tarifária que agora atinge os dois mil milhões de euros, representando um retrocesso bastante expressivo do ponto de vista financeiro e reputacional.

Há três questões principais a esclarecer:

- O que justifica o aumento da dívida tarifária proposto pela ERSE atirando custos acrescidos para o futuro e que serão suportados pelos consumidores?
- Quais as razões subjacentes ao aumento tão expressivo entre 2023 e 2024 nas tarifas de acesso às redes?
- Em que medida é que estas opções condicionam a capacidade do país realizar os investimentos necessários ao desenvolvimento do sistema elétrico, nomeadamente no que respeita aos compromissos com a descarbonização, com a redução de emissões e às exigências de competitividade da economia nacional?

Assim, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das normas regimentais aplicáveis, vêm solicitar a audição da ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.



Assembleia da República, 18 de outubro de 2023

Os Deputados,
Hugo Oliveira
Bruno Coimbra
Hugo Martins de Carvalho
Alexandre Simões
Carlos Cação
Cláudia André
Jorge Mendes
João Marques
Alexandre Poço
António Prôa
António Topa Gomes
João Moura
Patricia Dantas
Paulo Ramalho
Rui Cristina